



Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

Sub-eixo: Trabalho, questão social e serviço social – fundamentos.

CONTRARREFORMA, A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E “NOVA” QUESTÃO SOCIAL

ANA CRISTINA OLIVEIRA DE OLIVEIRA¹

Resumo: Este artigo discute a contrarreforma burguesa e o saqueamento da legislação social com regressão dos direitos sociais na reconfiguração capitalista à luz da categoria superexploração da força de trabalho. A pesquisa procura captar alguns elementos preliminares de como o conservadorismo dominante assola as pretensões sociais de fortalecimento da superação da superexploração da força de trabalho. Conclui que no cerne das alterações que marcam o mundo do trabalho no panorama mundial um diálogo aproximado com a obra marxiana e da teoria marxista da dependência é crucial, sobretudo, em relação ao caráter contraditório do trabalho e a materialidade do fenômeno alienação e emancipação nas suas expressões e mediações com o real.

Palavras-chave: contrarreforma; superexploração da força do trabalho; “nova” questão social.

Resumen: Este artículo discute la contrarreforma burguesa y el saqueo de la legislación social con regresión de los derechos sociales en la reconfiguración capitalista a la luz de la categoría superexplotación de la fuerza de trabajo. La investigación busca captar algunos elementos preliminares de cómo el conservadurismo dominante asombra las pretensiones sociales de fortalecimiento de la superación de la superexplotación de la fuerza de trabajo. Concluye que en el núcleo de las alteraciones que marcan el mundo del trabajo en el panorama mundial un diálogo aproximado con la obra marxiana y la teoría marxista de la dependencia es crucial sobre todo en relación al carácter contradictorio del trabajo y la materialidad del fenómeno enajenación y emancipación expresiones y mediaciones con lo real.

Palabras clave: contrarreforma, superexplotación de la fuerza del trabajo; "nueva" cuestión social.

1. Introdução

As burguesias brasileiras no cenário atual de golpismo regado à *impeachment* do poder executivo avança no espectro de um conservadorismo sem precedentes de extrema-direita do capital. Reconhecemos forças reacionárias apoiando este processo e colocado sob uma base da relação

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <anacoliveira60@gmail.com>

social alienada a monopolização dos frutos do trabalho coletivo. A exemplo das contrarreformas trabalhistas, previdenciárias e educacionais as derrotas dos sindicatos e partidos de esquerda e os mais progressistas, a contrarreforma trabalhista e a lei da terceirização, a reforma da educação com a contrarreforma do ensino médio, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 ou PEC 55² (depois que chegou no Senado), intervenção militar nas favelas, ‘uberização’ do trabalho³ com a terceirização e flexibilização do trabalho, repressão dos movimentos sociais e populares. Um saqueamento da legislação social (ANTUNES, 2018). Este cenário confere o redesenho de um aparato repressivo violento com conveniência do Estado brasileiro e uma onda regressiva profunda que fere a Constitucionalidade brasileira.

Nos últimos momentos experenciamos golpes de um novo tipo no Estado brasileiro, marcado por uma política contrarreformista com caráter de insurreição, guardadas as devidas diferenças da ditadura militar. Aglutinamos pontos de inflexão do movimento de luta dos trabalhadores e dos movimentos populares como a Greve Geral de 28 de abril de 2017, a greve dos caminhoneiros de 2018, a execução bárbara da vereadora carioca Marielle e do motorista Anderson Silva em 2018 que tomam proporções no território nacional com reverberação internacional.

Esta marca parece condensar na luta de classe momentos de aproveitamento da debilidade no conjunto da classe trabalhadora. Em que tempos vivemos? Democracia? Ditadura? Está em curso uma ofensiva dura do governo Temer contra os direitos dos trabalhadores que nem mesmo na ditadura militar foi sentido. Estamos em tempos de regressão dos direitos

² A sigla é a abreviação de Proposta de Emenda Constitucional número 241, enviada ao Congresso Nacional no dia 16 de junho de 2016. A Lei nº 13.415, sancionada em fevereiro de 2017, propõe a criação de um teto (limite máximo) para os gastos com despesas primárias dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo a partir de 2017, pelos próximos 20 anos. A ideia é que o valor gasto seja limitado à despesa realizada na área no ano anterior, reajustada com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA).

³ Antunes (2017) explica a ‘uberização’ do trabalho como uma iniciativa global de deixar o trabalhador à disposição das necessidades e interesses da empresa, assim configurada: “quando tem trabalho, ele é chamado e recebe. Quando não tem, fica em casa e não tem remuneração”.

sociais e como a reprodução da vida social está em movimento permanente. Vivemos uma recomposição da conformação da classe trabalhadora na luta de classe.

Desde 1970, nós estamos assistindo a uma contrarrevolução burguesa muito profunda. Chegamos ao período mais destrutivo da história do capitalismo, no qual a barbárie neoliberal vem promovendo o desmonte e a privatização de tudo o que for possível. (ANTUNES, 2017).

A pesquisa⁴, ainda em andamento, que este texto apresenta procura captar diante desse cenário atual, alguns elementos preliminares de como o conservadorismo dominante assola as pretensões sociais de fortalecimento da superação da superexploração da força de trabalho⁵.

Neste sentido, estamos diante de um imenso desafio de compreender a regionalização das burguesias brasileiras e na batalha das ideias na disputa pela hegemonia de classe seus fundamentos no conjunto de suas estratégias representativas. É com este espírito que nos propomos aqui recuperar as interpretações conservadoras. Fundamentadas no positivismo situam a questão social no campo da “vulnerabilidade” e “risco social” que tem a precarização como o fundamento dos principais riscos sociais. Entretanto, este pensamento social, de influência eurocêntrica, tem impulso nas análises latino-americano. Cabe considerar, que esta fundamentação tem sido reproduzida no interior do Serviço Social desafiando os princípios do projeto ético-político da profissão.

2 – Superexploração da força de trabalho: um diálogo necessário

⁴ A pesquisa intitulado Trabalho, questão social e luta de classe é realizado na Escola de Serviço Social (UFF) visa estudar a “nova” sociabilidade do capital e suas manifestações nos anos 2000 pelo Banco Mundial e CEPAL, tendo como norteador estratégias de desenvolvimento no “combate à pobreza” através de pesquisa documental. Tem a preocupação, ainda de estudar as expressões do conservadorismo na formação social brasileira.

⁵ A categoria da superexploração da força de trabalho foi elaborada por Ruy Mauro Marini como fundamento da teoria marxista da dependência (TMD). Segundo Marini (2005) na superexploração da força de trabalho, o trabalho é remunerado abaixo do seu valor por serem negados ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho, estimulando o seu esgotamento antecipado.

Os elementos da atual tendência de políticas econômicas e sociais para os países de capitalismo dependente e sua versão, no Brasil enfrenta um ambiente que se instala o país e no mundo de um caráter mais restritivo, regulador, repressivo com complicações para a restrição dos direitos sociais, diversidade ideológica, política e social, da intolerância, de um conservadorismo sem precedentes. Uma percepção de um endurecimento. Na verdade faz parte de uma série de outros eventos no debate público que se soma a uma série de outras iniciativas.

Pensar toda a situação no calor da hora é pensar no movimento do processo e entendê-la relacionada à um longo processo político. Paulo Freire nos inspira com o método da Teologia da Libertação de Paulo Freire da década de 80, quando nos convida para ver, julgar e agir com um pouco de reflexão, posicionamento e ação. Aqui, neste percurso, nos propomos a um momento de reflexão, de um ajuste de lente sobre a situação que vivemos e os diferentes projetos societários em disputa no contexto da crise do capitalista e a democracia no Brasil, mas que se revela nos países de capitalismo dependente, em especial nos povos latinoamericanos.

Ao privilegiar o tema trabalho é iminente recuperar a materialidade do redimensionamento do trabalho e a sociabilidade humana, agora sob a égide do capital financeiro, capital fetichizado que generaliza as relações mercantis para a vida social com graves conseqüências da mundialização financeira⁶ para a radicalização das expressões da questão social. É remeter que o valor (a riqueza social) procede tão somente do trabalho.

Em destaque, a importante recuperação da Teoria Marxista da Dependência (TMD) dos anos 1960 e 1970 por Ruy Mauro Marini, Vania

⁶ Marilda Iamamoto (2007, p. 107), complementa esclarecendo que a “sociedade global” tem “suporte as instituições financeiras que passam a operar com o capital que rende juros (banco, companhia de seguros, fundo de pensão, fundos mútuos e sociedades financeiras de investimento), apoiadas na dívida pública e no mercado acionário das empresas”.

Bambirra e Theotonio dos Santos⁷, para a compreensão da formação social e histórica brasileira e latinoamericana como uma das vertentes mais férteis do pensamento crítico por se constituir uma síntese entre a teoria do valor de Marx e a teoria marxista do imperialismo, a última formulada, entre outros autores, por Lenin (LUCÉ, 2018a). Poucos pesquisadores reconhecem a TMD a partir da teoria do valor e apreende os conceitos para dialogar com os autores ao realizar uma análise. Neste caso, partimos dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento e a base pela teoria do valor como fundamentos do capitalismo dependente – capitalismo *sus generis*. Cabe um parêntese no uso do conceito de superexploração da força de trabalho em Marini, dentre outras categorias como transferência de valor, cisão no ciclo do capital, padrão de reprodução do capital e dependência⁸.

A categoria elaborada por Marini como fundamento da TMD é considerada uma relevante contribuição à economia política brasileira e latino-americana (aos povos latinos) e ao marxismo latino-americano a partir dos anos 70, dentre outras contribuições dos demais pensadores do capitalismo dependente, como o Florestan Fernandes e Otavio Ianni que muito influencia o pensamento do Serviço Social brasileiro. A categoria de análise – superexploração da força de trabalho - que Marini cria preenche esse vazio teórico na análise da exploração. (LUCÉ, 2012).

Pois bem, é na disputa dentro da esquerda pela caracterização e pelo significado político de nossa dependência que se insere Ruy Mauro Marini, preocupando-se não apenas em conhecer a realidade latino-americana, mas em conhecê-la para transformá-la. (PRADO e GOUVEA, 2014).

⁷ Após o exílio dos três fundadores com o golpe militar de 1964, apresenta outros expoentes como Jaime Osorio, Orlando Caputo, Adrián Sotelo Valencia, entre outros pesquisadores.

⁸ As categorias tratadas na TMD “dão conta de explicar processos e tendências específicos no âmbito da totalidade integrada e diferenciada que o capitalismo mundial”. (LUCÉ, 2018, p. 9-10). Nestes termos, ainda que as categorias estejam imbricadas na totalidade e, por assim dizer, que só desta forma se possa entender a dependência. Aqui evidenciaremos a categoria original superexploração da força de trabalho como uma exploração redobrada remunerando a força de trabalho abaixo do seu valor.

Uma violação de um conjunto de condições necessárias para a produção e reprodução da força de trabalho (OSÓRIO, 1975).

La superexplotación da cuenta de las formas que asume la violación del conjunto recondiciones necesarias para la producción y reproducción de la fuerza de trabajo, en los procesos de producción y circulación. Da cuenta entonces de las formas de violación del valor de la fuerza de trabajo. Cuando la explotación capitalista adquiere características que implican el no respeto del valor de cambio de la fuerza de trabajo, estamos hablando de una explotación capitalista que asume un carácter superexplotador. (OSORIO, 1975, p.4).

Marx nos livros *O´Capital* I e II segue a premissa de que as mercadorias são compradas e vendidas. Marx demonstra que ainda sob a lei do valor (ainda quando a força de trabalho é paga através de uma troca de equivalentes) acontece a exploração capitalista. Marx deixou registrado, mas não explorou a tendência de a força de trabalho não ser remunerado pelo valor, na qual ele chama de **exploração redobrada**. (LUCÉ, 2012).

Conforme a argumentativa de Jaime Osório (1975) ele chama a atenção para alguns equívocos na leitura de Marini, na qual destacamos: (a) a confusão entre superexploração e uma exploração baseada na mais-valia absoluta (redução do valor de uso na relação com o valor de troca - trabalho excedente). Ou seja, a diminuição do tempo de valor de uso (trabalho necessário) na jornada de trabalho; (b) tomar a superexploração como sinônimo de pobreza.

O sentido é de que são negados ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho, como um dispêndio da força de trabalho superior que provoca um esgotamento prematuro.

A categoria da superexploração deve ser entendida, portanto, como (1) um conjunto de modalidades que implicam a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor e o esgotamento prematuro da força físico-psíquica do trabalhador; (2) e que configuram o fundamento do capitalismo dependente, junto com a transferência de valor e a cisão entre as fases do ciclo do capital. (LUCÉ, 2012, p.122).

A riqueza de poucos continua sendo a miséria de muitos. E o dinheiro, em conjunto com a mercadoria, tornou-se e, ainda são, formas elementares do capital - o ponto de partida da produção, a grandeza do capital quando empregada para além da sua conservação. O capital adiantado, persistindo na sua ampliação, acumulação. Este cenário não mudou, ou seja, a dominação do capitalista sobre o trabalhador. Nos termos da construção da sociabilidade do capital tratamos, neste texto, dos mecanismos atuais hegemônicos de enfrentamento da pobreza e a mercantilização das políticas sociais para compreender a “nova” engenharia do bloco social associada ao argumento de uma “nova” questão social indica-nos a necessidade de compreensão sobre o fenômeno questão social, historicamente determinado e tratado de forma reduzida, como um problema de pobreza.

3. A (re) significação da noção de “questão social” no bloco histórico da hegemonia burguesa

Estamos vivendo um momento de inversão na história do capitalismo. Um tiro no próprio pé do capitalismo na qual pela primeira vez uma crise financeira em um país periférico pode afetar consideravelmente os mercados do mundo imperialista, “com reverberações na produção e no comércio afetando diretamente os índices de investimento, emprego e renda para baixo”. (CHESNAIS, 1996, p. 295).

A crise mundial de 2008, desde a crise 1929, tem sido considerada a pior quando a massa salarial recua, ainda que o emprego comparecesse crescente. A ressalva está nos empregos mais precários com “um modelo produtivo baseado na especialização desigual na divisão internacional do trabalho e na depredação da natureza”, complementa LUCE (2018b).

A crise mundial de 2008 se abateu sobre o Brasil esfumando a alta conjuntural das matérias primas que sustentara momentaneamente um excedente econômico que pôde atender, por um período, interesses de distintas frações de classe. Mas essa relativa estabilidade foi efêmera. Por volta de 2014, a queda dos preços das matérias primas adicionou novos ingredientes. Como em toda crise,

os capitalistas pressionam pela elevação (ou retomada) da taxa de lucro, rebaixando o valor da força de trabalho e aumentando a espoliação dos recursos naturais para reduzir o dispêndio de capital em meios de produção e obter lucros extraordinários mediante renda diferencial e o avanço sobre novos domínios da vida. O golpe de 2016 e a agenda da contrarreforma trabalhista de Michel Temer [MDB] e das federações patronais são uma resposta da burguesia dependente à crise. E a investida de transnacionais como a Nestlé e a Coca-Cola pela privatização da água, forçando por novos negócios em países como o nosso, é outro exemplo desse contexto. (LUCE, 2018b).

Em 2017, ano que comemoramos os 100 anos da Greve Geral de 1917, o trabalho precarizado, informal, do trabalho sem direitos que tem levado a adoecimento/sofrimento do trabalhador, é o ano de um contrarreformismo sem precedentes. No curso da história em movimento, a lei da terceirização, remonta o conceito de “escravidão do século XXI”, apontada por Antunes (1995) e confirma seu legado na atualidade. Em vez de regulamentar 12 milhões de trabalhadores, o PL 4330 vai criar as condições para precarizar e desregular as condições de trabalho de mais de 40 milhões de trabalhadores.

Conforme Antunes (1995), os estudos apontam que os (as) trabalhadores (as) terceirizados (as) incidem uma redução salarial de aproximadamente 30% e acidentam-se mais em média 30%. A massa de trabalhadores desprovidos do marco regulatório da legislação social protetora do trabalho está sujeita à superexploração da força de trabalho, com ênfase na incidência as mulheres, os povos indígenas, negros e trabalho infantil.

No dia Internacional da Mulher de 2017, os dados relativos ao quarto trimestre de 2017 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD C) do IBGE (Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística) demonstram que a contrarreforma tem acento na desigualdade de gênero e raça.

A PNAD de 2017⁹ revela que o Estado do Brasil com maior diferença salarial em detrimento das mulheres no período. O desemprego no último

⁹ A PNAD encontra-se disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobre-trabalho-mostram-desigualdade.html>. Acesso em: 04/03/2018.

trimestre do ano passado afetava 14,5% das pessoas pretas, 13,6% das pessoas pardas e 9,5% das pessoas brancas. A taxa geral de desocupação no país era de 11,8%, o que coloca mulheres e pessoas negras acima da média nacional. As mulheres trabalham, em média, três horas por semana a mais do que os homens, combinando trabalhos remunerados, afazeres domésticos e cuidados de pessoas. Mesmo assim, e ainda contando com um nível educacional mais alto, elas ganham, em média, 76,5% do rendimento dos homens. As mulheres dedicaram 18 horas semanais a cuidados de pessoas ou afazeres domésticos, 73% mais tempo do que os homens (10,5 horas).

Das 40,2 milhões de trabalhadoras, 24,3% haviam completado o ensino superior, em quanto entre os homens ocupados a proporção era de 14,6%. Apesar disso, em média, as mulheres que trabalham recebem rendimentos 24,4% menores que os dos homens. (PNAD, 2017a).

No Brasil, o rendimento médio mensal real domiciliar per capita foi de R\$ 1.271 em 2017 e de R\$ 1.285 em 2016. As regiões Norte (R\$ 810) e Nordeste (R\$ 808) apresentaram os menores valores e a Região Sul, o maior (R\$ 1.567). PNUD, (2017b).

Para Antunes (1995) as consequências são brutais configuradas pela diminuição do salário, aumento no tempo de trabalho, aumento nos acidentes, aumento da divisão da classe trabalhadora, de modo a dificultar a organização sindical.

O capitalismo motiva a acumulação de riqueza na superexploração do trabalho onde se faz premente que a divisão social do trabalho não se reproduz sem a divisão sexual do trabalho e a divisão racial e étnica do trabalho.

A reconfiguração capitalista a partir do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) é seletiva para negros, mulheres e indígenas. Se reconfigura com uma explosão de processos de resistência se tornando um capitalismo de desenvolvimento ofensivo com concessões para não eclodir mais revoluções, num binômio ofensiva-segurança. Neste cenário, entender que o neoliberalismo não se concentra em apenas um conjunto de políticas econômicas, mas como uma forma de reprodução concreta do capitalismo.

Não seria possível reproduzir a força de trabalho com superexploração sem opressão de gênero, raça e etnia. Se toda a força de trabalho feminina, indígena e negra fosse mercantilizado a força de trabalho teria outro valor.

O bloco histórico da hegemonia burguesa foi remodelado sobre velhas bases e cria uma “nova” roupagem. Acreditamos que corporificado num “novo” consenso, o social liberalismo (dis) simula a sua real condição, neutralizando as lutas mais radicais de combate às expressões da “questão social”. Aparece como uma verdadeira alternativa aos estragos neoliberais na vida social. E é neste que queremos provocar. A materialidade social liberal se dá diretamente na encarnação de setores socialistas e comunistas ao “novo” projeto burguês de fortalecimento da sua hegemonia. Um elemento agravante da era da servidão financeira que imprime uma “hegemonia às avessas” (OLIVEIRA, 2010, p. 27) é como o bloco histórico dominante vai se solidificando. Isto é, a direção ideológica dada pelos social-democratas, como condutores primários deste bolo histórico.

Neste formato, “contraideológico” definitivamente o “novo” consenso burguês apresenta-se como um opositor à política neoliberal. Desse modo, escamoteia-se o real desenvolvimento do enfrentamento das expressões da questão social, historicamente situada nas inflexões econômicas, política e cultural no mundo do capital, no contexto da luta de classes e de sua repercussão para o Estado. É aí que a hegemonia conservadora assumem novos formatos nas políticas sociais.

Para isso, os organismos internacionais colocam no topo de seu programa de tutela nas regiões de ‘capitalismo dependente’ (FERNANDES, 1981 e 2006) as políticas de “aliviamento” da pobreza como ideologia capaz de impedir sérios prejuízos de sua manifestação viva e súbita. Concretamente, é o tom reformista sob a égide do social liberalismo, como uma ideologia de manutenção da ordem capitalista que vem sustentando o enfrentamento da política social nas expressões da “questão social”. É acompanhada por uma série de intervenções políticas pautadas em ações do terceiro setor. Os

intelectuais da pedagogia da hegemonia, numa batalha de idéias estão como um mecanismo de conservação de uma unidade ideológica.

Devemos assumir, aqui, que estas proposições e suposições, conservando suas próprias limitações quanto à profundidade do movimento que se realiza em tempo real, compõem o processo de amadurecimento do campo empírico da pesquisa.

O bloco histórico social hegemônico com suas metamorfoses introduz no discurso a idéia de “novo”, que de novo não tem nada, dada suas ações que não problematizam as bases da acumulação capitalista, produtora de riqueza e inversamente da miséria ao mesmo tempo. Nestes termos, tratamos de chamar a atenção no legado da constituição do que o bloco hegemônico constitui como “novo”, numa pobreza multidimensionada, para garantir o consenso e a legitimidade do neoliberalismo sem abrir mão do uso dos aparelhos coercitivos de dominação.

As transformações no mundo do trabalho no contexto da mundialização do capital¹⁰ (CHESNAIS, 1996) e as implicações sobre a “questão social”, segundo Iamamoto (2008), assumem expressões particulares no avanço de sua “vocação de internacionalizar a produção e os mercados”, aprofundando a desigualdade entre países “e, no seu interior, entre classes e grupos sociais no âmago das relações dialéticas entre imperialismo e dependência”. (IAMAMOTO, 2008, p. 118).

No debate sobre pobreza (demarcada amplamente na contemporaneidade) e a desigualdade social, alguns debatedores (pensadores

¹⁰ O termo de origem francesa (mondialisation) mundialização do capital é desenvolvido por François Chesnais no livro *A mundialização do capital* (1996) onde trabalha com a desmistificação da natureza da “globalização” propagada pelo neoliberalismo para a integração internacional dos mercados financeiros. Esta integração internacional leva à abertura dos mercados nacionais e permite sua interligação em tempo real da regulação e da liberalização. A expressão mundialização do capital revela que a “globalização” são “operações de arbitragem feitas pelos mais importantes e mais internacionalizados gestores de carteiras ativas, cujo resultado decide a integração ou exclusão em relação *as benesses das finanças de mercado*”. (CHESNAIS, 1996, p. 17 e 25, grifo do autor).

sociais que propagam um “novo” paradigma de políticas sociais) defendem uma “nova questão social” com base nas mudanças ocorridas no mundo capitalista. Entendemos que esta compreensão sobre as manifestações da “questão social” na contemporaneidade devem ser tidas como algo imprescindível ao desenvolvimento tecnológico. E não na naturalização dessas manifestações. Nestes termos, a mundialização do capitalismo financeiro¹¹ não pode ser naturalizada, por representar um produto da estratégia norte-americana de controle quase absoluto da economia mundial capitalista à lógica financeira.

Ao assumir o comando do processo de acumulação, o capital financeiro radicaliza e obscurece as formas de sociabilidade e trabalho “experimentando a radicalização dos processos de exploração e expropriação. (...) Em outros termos, tem-se o reino do capital fetiche na plenitude de seu desenvolvimento e alienação”. (CHESNAIS, 1996, p. 25). O cenário do processo de financeirização, reconhecido por Husson (1999, p. 108-109) apresentam

as finanças como potências autônomas diante das sociedades nacionais, esconde o funcionamento e a dominação operada pelo capital transnacional e investidores financeiros, que atuam mediante o efetivo respaldo dos Estados nacionais sob a orientação dos organismos internacionais, porta-vozes do grande capital financeiro e das grandes potências internacionais.

Iamamoto (2007) ao tratar da questão social nos atenta para a sua conversão a partir das novas condições históricas. A “questão social” intrínseca ao processo de acumulação de riquezas neste novo momento do desenvolvimento do capital é adensada com a produção francesa estadunidense no final da década de 1970 e início dos anos 1980. Isto se conforma quando a problemática inerente à acumulação capitalista passa a ser percebida como problemas que atingem um grande contingente de pessoas de

¹¹ O evento da “globalização” financeira nos marcos da ruptura com o padrão monetário dólar-ouro (sistema Bretton Woods) foi acelerado por “um conjunto de políticas deliberadas pelos EUA, a partir da forte reversão da liquidez internacional em sua direção, iniciada em fins de 1979 como resultado da diplomacia do dólar”. (TAVARES e MELIN, 1998, p. 43).

forma permanente (em particular, Robert Castel (1998 e 2007) e Peirre Rosanvallon (1997)).

Nesses tempos comandados pelo capital financeiro, a premissa da análise da “questão social” é a de que é indissociável das configurações dada pelo *trabalho* e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários (IAMAMOTO, 2004, 2008; NETTO, 1996). Estes são informados por distintos interesses de classe acerca de concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais. Octavio Ianni (1991, p. 2) afirma que em tempos de crise a questão social torna-se mais evidente e os mais diversos setores estendem suas preocupações para o desenvolvimento social no “descompasso entre conquistas sociais e as econômicas, as tensões no campo e cidade, os riscos de explosão do descontentamento popular, as lutas pelas conquistas de direitos, a construção de uma sociedade mais justa, o pacto social”.

Em relação à expressão “questão social”¹² ela foi tratada, historicamente, sob o ângulo do poder, vista como uma ameaça que a luta de classes - em especial, o protagonismo da classe operária representava à ordem instituída. Entretanto, os processos sociais que ela traduz encontram-se no centro da análise de Marx sobre a sociedade capitalista.

Entre seus estudiosos imprime-se certo consenso de que o pauperismo iniciado ao final do século XIX, como processo de industrialização e usurpação da vida social, foi abordado pelo pensamento social da época como um novo fenômeno social. Considerado como uma “nova pobreza” estava intrínseca ao modo de produção e reprodução das relações sociais.

¹² Nas palavras de Iamamoto (2003, p.28), a expressão “questão social” surge, na “tensão entre a produção de desigualdade e produção da rebeldia e da resistência”. Para a autora (...) “a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia). (idem, p. 77).

Ainda que o consenso dos estudiosos sobre a questão social esteja articulado à capacidade de produção da recente sociedade industrial, não há um consenso sobre a concepção do “novo”. O problema real é “determinação rigorosa do conteúdo, da pluralidade e das refrações da ‘questão social – e desta determinação decorre, em larga medida, a concepção mesma da profissão, sua funcionalidade, suas possibilidades e seus limites”. (NETTO, 2010, p. 12).

Na disputa com dimensões teórica, ideológica e política, as polarizações da concepção do “novo” têm raízes, em parte, no pensamento de Robert Castel e de Pierre Rosavallon que tratam o termo “nova questão social” na atualidade decorrente do movimento natural de transformações sociais determinada pelas condições impostas pela “globalização” financeira e, as conseqüências da reestruturação produtiva. Este pensamento entre os intelectuais é influenciado pela campanha ideológica de descrédito do pensamento crítico e de esquerda que adentra na década de 1990.

Neste contexto, o discurso afeta os acentos dos pesquisadores brasileiros e no caso específico, traz uma (re) significação da noção de “questão social” numa disputa política, e, sobretudo, ideológica pela adesão ao credo pós-moderno e/ou a retórica da “crise dos paradigmas”. Esses elementos evidenciam uma suposta presença de uma “nova questão social” (calcada nos novos sujeitos provenientes das transformações societárias provocadas pela “globalização” financeira e reestruturação produtiva a partir dos anos 1970) em oposição à “velha questão social” (nos marcos de sua origem no século XIX). Entretanto, no largo do debate, este pensamento oposicionista e polarizador não contribui, em nada, para pensar a “questão social” na sua totalidade e como parte do movimento da sociedade capitalista.

No discurso marxiano, em contraposição à lógica da “nova questão social”, Netto (1996) nos atenta ao entendimento sobre o tratamento em Marx em relação à expressão “questão social” dizendo que “apenas com a publicação, em 1867, do primeiro volume d’O Capital (1983), que a razão teórica acendeu a compreensão do complexo de causalidades da “questão

social”. E que somente com o conhecimento rigoroso do “processo de produção do capital” Marx pôde esclarecer com precisão a dinâmica da “questão social”, consistente em um complexo problemático muito amplo, irreduzível à sua manifestação imediata como pauperismo”. (NETTO, 2001, p. 43-46).

Pois bem, sobre a análise da questão social no capitalismo contemporâneo e o desvelamento do significado do “novo”, à luz do materialismo histórico-dialético, damos destaque ao debate em torno do que de fato é novo. O tempo do capital e do trabalho nos países latinoamericanos, e particularmente no país do pré-sal, Brasil, desde a guinada do milênio, inscreve nas políticas de ‘alívio da pobreza’ a projeção na perda da historicidade do tempo de trabalho socialmente necessário (lei do valor), da criação do valor apropriado pelos capitalistas e da centralidade no trabalho.

Compatilhamos de que um elemento agravante é querer adequar essas análises européias e estadunidenses às sociedades latino-americanas onde a experiência do Estado de Bem-Estar Social foi limitada a base legal na Constituição Cidadã atravessada pelo neoliberalismo sem concedentes. Vale destacar, ainda, a particularidade da sociedade latino-americana e o desenvolvimento tardio do capitalismo acompanhado de subordinação e dominação.

Acreditamos que uma das melhores contribuições da abordagem da tradição marxista para a reconstrução dos processos sociais inscritos na realidade sócio-histórica é o método materialista histórico-dialético. A abordagem crítico-dialética, tal como vimos anunciado anteriormente sobre a “questão social”, nos oferece um largo argumento para a pertinência do método. Esta análise tem a potencialidade de evitar possíveis aproximações unilaterais, idealistas, funcionalistas e a-históricas.

4. Considerações finais

É no bojo de compreender que “a história é o desenvolvimento da sociedade burguesa” na obra marxiana que insistiremos em desmembrar o sentido da apreensão do método das expressões da “questão social”.

É neste sentido, que tal perspectiva analítica situa o nó da “questão social” na atualidade. No enfraquecimento do suporte salarial não se encontra restrito apenas ao salário, mas as proteções ligadas ao trabalho. Daí a ideia de se procurar alternativas ao campo clássico do emprego assalariado.

A terceira versão, buscando desmistificar o “novo”, com base nos estudos marxianos, funda-se na centralidade do trabalho, como algo intrínseco ao modo de produção e reprodução das relações sociais e as configurações da vida social.

As apropriações no debate acadêmico sobre o “novo”, regada da abordagem sociológica no limite da regulação do Estado, reconhecem, em alguns casos, como vimos, a centralidade do trabalho, porém, não o da produção. Ao passo que a produção não é reconhecida que a relação entre capital e trabalho acaba sendo analisada como novas formas societárias. O que demonstra o deslocamento do debate da luta de classes e classe social.

O necessário resgate da teoria marxiana da dependência para compreender e intervir nas expressões da questão social sobre os povos latino americanos, e especificamente os brasileiros, urge. Posto o seu horizonte de transformação revolucionária.

Luce (2018a) na sua rigorosa apreensão da Teoria marxista de dependência nos ilustra com evidências históricas e dados concretos de como a taxa da mais-valia é diretamente proporcional à produtividade numa mesma esfera de economia (nas economias centrais e dependentes). Entretanto, o destaque na análise que nos remete a revermos a qualidade de análise sobre as expressões da questão social é quando a relação mundial entre as formações sociais imperialistas e as formações dependentes. Como esta

relação opera. É aí, que se compõe um lastro de atenção nas análises sobre a questão social nos países de capitalismo por possuímos níveis de produtividade inferiores, onde a burguesia busca compensar sua desvantagem e busca superar com a superexploração da força de trabalho.

Quer dizer, remunerando a força de trabalho abaixo do seu valor e consumindo a energia vital do trabalhador provocando seu desgaste prematuro. Isto, ao final, termina ampliando a taxa de mais-valia, mas não simplesmente por outros expedientes e sim mediante a violação do valor da força de trabalho. Em palavras simples, a superexploração se identifica com duas assertivas: onde se vive menos e pior é onde se trabalha mais! E se vive menos porque se trabalha mais! (LUCÉ, 2018b).

No cerne das alterações que marcam o mundo do trabalho no panorama mundial, nas últimas décadas, um diálogo cada vez mais aproximado com a obra marxiana e da teoria marxista da dependência é crucial, sobretudo, em relação ao caráter contraditório do trabalho e a materialidade do fenômeno alienação e emancipação nas suas expressões e mediações com o real. Isto posto, podemos concluir que qualquer aproximação com uma análise da realidade distante da compreensão da essência do real vivenciados pelos homens está fadado à manutenção deste sistema fetichizado e perverso.

5. Referências

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* São Paulo: Editora Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ANTUNES, Ricardo. 2017. O ano que não deveria ter existido. Entrevista com Ricardo Antunes. Instituto Humanitas Unisinos. Adital. 04/01/2018. Disponível em: Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/574907-2017-o-ano-que-nao-deveria-ter-existido-entrevista-com-ricardo-antunes>. Acesso em: 06 maio 2018.

ANTUNES, Ricardo. 2018. Reforma trabalhista representa retrocesso ao século XIX. **Jornal da Unicamp**. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/06/30/reforma-trabalhista-representa-retrocesso-ao-seculo-xix>. Acesso em: 3 abr. 2018.

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Tradução Iraci D Poleti. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLEY M., BÓGUS L. e YASBECK, M (org). *Desigualdade social e a questão social*. 2 ed. rev. e ampliada, São Paulo: EDUC, 2007. p. 235-264.

CHESNAIS, François. “Os *crashes* financeiros asiáticos e os mecanismos de propagação internacional de crise econômica”. In: _____ (org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998, p. 295-318.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. 3ª edição. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. 2. reimp. São Paulo: Globo, 2006.

HUSSON, M. *Miséria do capital: uma crítica do neoliberalismo*. Lisboa: Terramar, 1999.

IAMAMOTO, Marilda. A Questão Social no Capitalismo. *Temporalis*, Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, 2004. p. 9-32.

IAMAMOTO, Marilda. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. *Em pauta: teoria social e realidade contemporânea. Mundialização, Resistência e Cultura*, Rio de Janeiro: UERJ/Faculdade de Serviço Social, v. 1, n. 21, p.117-139, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IANNI, Octavio. A Questão Social. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 2-10, jan./mar.1991.

LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, n. 32, p. 119-141, jun.2012.

LUCE, Mathias Seibel. Professor lança livro sobre a Teoria Marxista da Dependência. Entrevista de Nilton Viana. **Brasil de Fato**, São Paulo, 29 jun. 2018 às 18:35. 2018b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/06/29/professor-lanca-livro-sobre-a-teoria-marxista-da-dependencia-confira-entrevista/>. Acesso em: 6 jul. 2018.

- LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018a.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro I, vol. I. São Paulo: Victor Civita, 1983.
- NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50. 1996.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, jan./jul.2001.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, p. 9-32, jan./jul.2001.
- NETTO, José Paulo. Prefácio. CORLETTI, Alejandra Pastorini. *A categoria “questão social” em debate*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p.11-17. (Coleção questões da nossa época, v. 17).
- OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de, RIZEK, Ruy Braga e Cibebe (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo. 2010, p. 21-27.
- OSORIO, Jaime. Superexplotación y clase obrera: el caso mexicano. *Cuadernos Políticos*, México D.F.: editorial ERA, n.6, p. 5-23, oct./dic.1975.
- PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. IBGE, 2017a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobre-trabalho-mostram-desigualdade.html>. Acesso em: 4 mar. 2018.
- PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. IBGE, 2017b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/20843-pnad-continua-10-da-populacao-concentravam-quase-metade-da-massa-de-rendimentos-do-pais-em-2017.html>. Acesso em: 4 mar. 2018.
- PRADO, Fernando Correa; GOUVEA, Marina Machado. **Texto escrito para o verbete sobre “Dependência” para o documentário Ruy Mauro Marini e a Dialética da dependência**. **Expressão Popular**. São Paulo: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2014. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/rodrigo.castelo/formacao-social->

politica-e-economica-do-brasil-2016-1/fernando-correa-prado-e-marina-gouvea-verbete-sobre-dependencia/view. Acesso em: 9 set. 2017.

ROSANVALLON, Pierre. *A crise do Estado-Providência*. Brasília: UnB, 1997.

TAVARES, M. da Conceição; MELIN, Luiz Eduardo. Mitos globais e fatores regionais: a nova desordem internacional. In: FIORI, José Luiz et al. (Orgs.). *Globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.